

## PARADOXOS DO GÊNERO

**Claudia de Lima Costa**

Resumo: *O ensaio examina os diversos significados atribuídos ao gênero como categoria analítica, em particular aqueles presentes na literatura americana.*

Palavras-chave: *gênero; feminismo; teorias feministas.*

O gênero como categoria analítica das teorias feministas, tal qual o termo pós-moderno, tem sido marcado por uma polissemia radical. Nesse breve ensaio, mapearei alguns desses significados na literatura estrangeira (mais especificamente, na norte-americana) e, ao fazer uma crítica ao paradigma do gênero, quero propor a construção de um espaço teórico para um imaginário antigênero ou além do gênero.

Em seu ensaio "Confounding Gender", Mary Hawkesworth (1997) afirma que, apesar da proliferação de pesquisas sobre o gênero nas últimas duas décadas, não houve um sustentado questionamento do(s) significado(s) desse conceito. Só para termos uma idéia de sua polissemia, Hawkesworth (1997, p. 650) cita algumas traduções do gênero na vasta literatura, onde vemos que o

conceito pode figurar como uma característica individual, como uma relação interpessoal, como um modo de organização social, como uma estrutura da consciência, como uma psique triangulada, ideologia internalizada, relações de poder manifestas na dominação e subordinação, como diferença sexual, ou também em termos de *status*, de papéis sexuais e de estereótipos sexuais.

Para um mapeamento dos significados do gênero, um ótimo ponto de partida é o artigo de Donna Haraway (1991) intitulado "Gender for a Marxist Dictionary: The Sexual Politics of a Word".<sup>1</sup> Nesse ensaio, Haraway comenta que a palavra gênero, no seu sentido genérico, significa classe, espécie e família e que desde o século XIV, nos idiomas alemão, francês, espanhol e inglês, o gênero se referia apenas a categorias gra-

maticais. Só recentemente, com as transformações e a modernização dos idiomas (aqui, Haraway se refere ao inglês e ao alemão, e não ao francês e ao espanhol), o gênero associou-se aos conceitos de sexo, sexualidade e diferença sexual, tornando-se o principal elemento “na construção de uma classificação de sistemas de diferença” (HARAWAY, 1991, p. 130), ancorado em oposições binárias, como a de natureza e cultura, e na própria dicotomia do sexo e gênero.<sup>2</sup> Entender os usos de uma palavra faz parte do que a autora chama de traçar uma história política das categorias analíticas em nossas teorizações. Essa história política, por sua vez, imbrica-se necessariamente com as histórias do colonialismo, do racismo e da opressão sexual e problematiza a aplicação dessas categorias a outros contextos e histórias. Contudo, Haraway (1991, p. 130) afirma que

o valor de uma categoria analítica não necessariamente se anula com a consciência crítica de sua especificidade histórica e de seus limites culturais. Mas os conceitos feministas do gênero suscitam nítidos problemas de comparação cultural, tradução lingüística e solidariedade política.

Instigadas pela declaração de Simone de Beauvoir de que não nascemos, mas nos tornamos mulher, feministas dos anos 60 e 70 (brancas, heterossexuais, ocidentais, classe média etc.) iniciaram um acirrado debate contra qualquer tipo de determinismo biológico a favor do construtivismo social.<sup>3</sup> Ou seja, fazendo uma distinção entre corpos sexuados (biologia) e gênero (caráter, personalidade, comportamento), as feministas construtivistas, embora aceitando a premissa de uma diferença biológica funda-

mental entre homens e mulheres, argumentaram que diferentes sociedades davam diferentes significados aos “fatos” da biologia. Nessa visão de “base/superestrutura” do gênero (conforme a metáfora marxista), introduziu-se o conceito de gênero não para substituir a categoria “sexo”, mas para suplementá-la. Ou seja, o sexo continuava exercendo um papel fundamental na elaboração do significado do gênero. Na famosa formulação de Gayle Rubin (1975, p. 169) – o sistema de sexo/gênero, definido como “um conjunto de arranjos a partir dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana” –, a biologia se tornava a base para a construção dos significados culturais. Apesar do reconhecimento do “fato biológico” na diferença sexual entre homens e mulheres – isto é, da imutabilidade do “sexo” – muitas feministas se distanciaram desses “fatos” quando defenderam, com a utilização da categoria gênero, a separação entre biologia e personalidade.

Linda Nicholson (2000) observa ironicamente que o sistema de sexo/gênero proposto por Rubin invocava a biologia ao mesmo tempo que buscava solapá-la. Em outras palavras, não houve nenhum questionamento das categorias binárias do pensamento ocidental ou mesmo da própria biologia como formação discursiva (que em parte constrói a realidade que depois representa). Tampouco houve uma desconstrução da idéia mesmo de um corpo sexuado (e invariavelmente racializado).

Nicholson (2000), realizando uma verdadeira *tour de force* na interpretação do conceito de gênero, argumenta que a noção de sistema de sexo/gênero perme-

ando as teorias feministas no final dos anos 60 até os 80 está associada com o que ela denomina de “fundacionalismo biológico” em oposição à noção mais simplista de um determinismo biológico. O fundacionalismo biológico, em oposição ao determinismo biológico, permite a entrada de algum elemento social na construção do caráter ou da identidade. A biologia (leia-se, o corpo) funciona como um tipo de cabide no qual elementos culturais (como comportamento, caráter) são dependurados. Segundo Nicholson (2000), o gênero é visto como tudo aquilo que as mulheres compartilham (devido ao sexo), enquanto que os aspectos da raça, da classe etc. aparecem como indicativos do que nos diferenciam umas das outras.

Em meados dos anos 80, o paradigma binário do sexo/gênero sofre inúmeros ataques das feministas não-brancas e das lésbicas, que historicizam e politizam suas raízes epistemológicas (liberais e funcionalistas), questionando também o racismo e o heterossexismo implícitos na própria categoria analítica do gênero. Temos então, nos escritos de feministas como Adrienne Rich, Monique Wittig e Gayle Rubin, a emergência de uma crítica à centralidade da heterossexualidade compulsória na formação do conceito de gênero e na noção de diferença sexual. Audre Lorde, escritora lésbica negra, foi uma das primeiras a elaborar (junto com as feministas não-brancas do Terceiro Mundo residindo nos Estados Unidos) uma interpretação multicultural do gênero a partir da noção de uma “casa da diferença”:

Sermos mulheres não era suficiente. Nós éramos diferentes. Sermos meninas *gay* não era suficiente. Nós éramos diferen-

tes. Sermos negras não era suficiente. Nós éramos diferentes. Sermos mulheres negras não era suficiente. Nós éramos diferentes. Sermos mulheres negras lésbicas não era suficiente. Nós éramos diferentes. [...]. Demorou um tempo para percebermos que nosso lugar era a própria casa da diferença e não a segurança de uma diferença particular (LORDE, 1984, p. 226, tradução nossa).

Analisando os debates feministas sobre diferença no âmbito norte-americano, Nancy Fraser (1996) identifica três momentos de transição teórica no período que transcorre entre os anos 60 e os 90. No final dos anos 60 e durante os anos 70, predominava uma noção de diferença ancorada exclusivamente na idéia da diferença de gênero e que sugeria um hiato radical entre o homem e a mulher. Nos anos 80, surge uma noção mais elaborada de diferença, propondo diferenças não somente entre homens e mulheres, mas entre mulheres também (a “casa da diferença” de Lorde). A terceira concepção de diferença, que incorpora e expande a segunda, enfatiza uma multiplicidade de diferenças entrelaçadas entre as mulheres e no interior das próprias mulheres. Um dos principais fatores que contribuíram para a difusão dessa última concepção de diferença foi o reconhecimento de que o campo social está fraturado em muitos níveis de subordinação (raça, etnia, classe, religião, orientação sexual etc.), os quais não podem ser reduzidos a apenas um eixo da diferença (por exemplo, à opressão de gênero). Essas camadas de subordinação ou eixos da diferença imbricam-se mutuamente e, dependendo dos contextos históricos e geográficos específicos, os efeitos articulatórios de uma categoria da diferença sobre as outras categorias po-

derão variar imensamente.<sup>4</sup> Nessa terceira concepção, a idéia de diferença cada vez mais se politiza e articula em seu bojo noções como desigualdade e dominação.

Concomitantemente aos discursos sobre diferença articulados por sujeitos ex/cêntricos, situados na periferia do capitalismo e da hegemonia patriarcal, racial e sexual, outras feministas como Judith Butler, Joan Scott, Jane Flax, Denise Riley (para citar apenas algumas das mais conhecidas das leitoras brasileiras), na tentativa de evitar a concepção base/superestrutura do gênero, propuseram repensar essa categoria (e desconstruir a noção de identidade de gênero) a partir de um outro lugar epistemológico: o pós-estruturalismo e sua teorização da linguagem.

Por limitações de tempo e de espaço, não vou discorrer sobre as contribuições de cada uma dessas teóricas na desconstrução do que podemos chamar (segundo Garfinkel) de “atitude natural” em relação ao gênero e, conseqüentemente, sobre as relações opressivas que esta atitude fomenta em seu bojo. Colocando apenas sucintamente, essas teóricas feministas argumentam que o gênero é um conhecimento/discurso que estabelece significados para as diferenças sexuais, ou seja, o gênero é o conhecimento que constitui o sexo e a diferença sexual (masculino ou feminino), a qual irá representar. Não há gênero por trás do discurso do gênero; ele é uma ficção reguladora que cria uma falsa unidade (identidade) a partir de elementos heterogêneos. A aparente coerência interna entre sexo/gênero/sexualidade e desejo (heterossexual), para Butler (2003), é uma dessas ficções (ou efeito da linguagem) constitutivas de oposições binárias entre

masculino e feminino que, por sua vez, são incompatíveis com a imensa variabilidade humana. Em outras palavras, o gênero masculino/feminino assinala um lugar ontológico fundamentalmente inabitável.

Já Eve Sedgwick (1997) – com extenso trabalho na área de estudos *gays* e lésbicos e em teoria *queer* – também sustenta, com Butler, que o conceito de gênero está marcado por um viés heterossexista. Sedgwick (1997) afirma que em qualquer sistema de gênero a identidade feminina é construída por analogia, contraste ou complementaridade em relação à identidade masculina e vice-versa. Assim, qualquer análise de gênero, mesmo que das relações intragenéricas, está assentada em definições dicotômicas as quais, por sua vez, encontram-se ligadas a um entendimento binário de cromossomos sexuais.<sup>5</sup> Portanto, as análises das relações intragenéricas jamais terão suficiente riqueza e textura quando feitas a partir de uma óptica calibrada pela noção de diferença de gênero. A autora aponta então para a necessidade de estudarmos os *gays* e as lésbicas a partir de um outro eixo analítico: o da sexualidade, em vez do eixo do gênero.

Joan Scott (1988), partindo dos pressupostos de Butler, argumenta que o gênero é uma categoria de análise útil porque possibilita a apreensão das complexas conexões entre as várias formas de interação humana. Mais do que apontar para uma diferença (construída) entre os sexos (entre masculino/feminino; homem/mulher), o gênero, segundo Scott, é uma maneira de significar relações de poder. Falando de sua proposta do gênero como categoria analítica, Scott (1988) reclama das leituras/apropriações redutivas,

simplistas e a-históricas que dela foram feitas. O gênero como categoria analítica, alerta-nos a autora, excede a questão da relação masculino/feminino, homens e mulheres, servindo para visibilizar processos culturais complexos e relações de poder. Portanto, deve ser percebido como um processo ativo estruturador dos múltiplos campos da vida social e demarcador das inter-relações entre diferentes vetores de opressão (raça, classe, etnia, nacionalidade, orientação sexual etc.). Pegando a trilha do pós-estruturalismo, Scott argumenta a favor de uma definição de gênero como o elemento mediador da interseção entre o texto e o contexto, entre o simbólico e o material. Fora desse entendimento, a categoria se esvazia de quaisquer conteúdos minimamente relevantes teórica e politicamente.

É contra esse esvaziamento político do gênero e seu distanciamento de uma política feminista explícita que Joan Scott (1988) reage quando reitera sua definição de gênero como uma rede de relações de poder. Segundo Sedgwick (1997), ao permitirmos que os estudos de gênero se descolem de uma análise e crítica da desigualdade, da opressão e das lutas sociais (isto é, quando os estudos de gênero se desprendem de algum tipo de intervenção feminista), estamos ignorando o fato de que a análise de gênero só surgiu devido às pressões e demandas políticas feministas.

Um ganho importante que o gênero como categoria analítica trouxe, quando aliado aos debates estruturalistas e pós-estruturalistas, foi a negação epistemológica de qualquer tipo de essencialismo associado à categoria “mulher”. Deveria observar, não obstante, que, no contexto do movimento feminista e de

mulheres, o reconhecimento da diferença – a partir da passagem analítica da Mulher para mulheres – já havia em muito precedido a chegada do gênero. Argumentar que o conceito de gênero introduziu o discurso da diferença na teoria feminista (tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos) seria incorrer na metalepse. Em outras palavras, postular a emergência do discurso sobre a diferença como resultado da intervenção da teoria feminista no texto social ignora o fato de que o movimento feminista foi o catalisador de um novo pensar sobre as mulheres e sobre as relações de gênero, e não vice-versa. A heteroglossia incipiente nesses movimentos, re-fragmentando as suas diferenças internas, vinha já há algum tempo contribuindo para o questionamento de posturas essencialistas, especialmente em relação à natureza humana, masculina ou feminina. No entanto, o uso do gênero possibilitou às feministas explicar, com maior agudeza, as complexas e fluidas relações e tecnologias de poder.

### **Além do gênero?**

A ênfase na diferença por parte do feminismo norte-americano (uma resposta, no terreno social, às pressões das feministas não-brancas e/ou lésbicas, incluindo as do Terceiro Mundo que residiam no país), junto com a desconstrução das categorias da identidade (uma resposta, no terreno epistemológico, ao advento do pós-estruturalismo), fez com que algumas feministas, diante das fraturas da raça, da classe, da sexualidade, da idade, da particularidade história e das diferenças individuais constitutivas da heteroglossia pós-moderna, proclamassem a desintegração do gênero. Outras feministas norte-americanas, contestan-

do essa dispersão tanto da mulher quanto do gênero, criticaram amplamente o que interpretaram ser uma perigosa tendência no feminismo dos anos 90: a emergência de um feminismo “sem mulheres” (MODLESKI, 1991). Há ainda outras feministas que, diante de um cenário de corpos voláteis e de categorias analíticas evaporadas – cenário no qual tudo se reduz a performances paródicas –, reafirmaram a necessidade de se posicionar contra a atomização das diferenças a partir da postulação de uma identidade positiva para as mulheres – identidade esta resultado da articulação das diferenças entre as mulheres com as estruturas de dominação que, direta ou indiretamente, produziram essas diferenças em primeiro lugar (BENHABIB, 1995).

Todos esses debates deixam claro que o gênero, constituindo-se numa das “propostas mais importantes das teorias feministas” (FLAX, c1990), ainda continua sendo uma base epistemológica frágil por três motivos. Primeiro, como vimos, o conceito se presta a traduções/apropriações contraditórias (politizadas e despolitizadas). Segundo, relatos dos mecanismos através dos quais nos “tornamos mulher” devem incluir outros modos de constituição do sujeito que excedam oposição entre masculino e feminino. Como nos lembra Norma Alarcón (1990), em sociedades onde assimetrias de raça e de classe são princípios organizadores fundamentais, “tornar-se mulher” também inclui relações de oposição a outras mulheres. Isso quer dizer que a própria categoria “mulher” e as maneiras como esta se constrói precisam ser igualmente problematizadas e explicadas, e não entendidas como ponto de partida do feminismo. Para Alarcón (1990), então, se o gênero continuar sen-

do o conceito central das teorias feministas, a epistemologia irá aplinar-se de tal forma, que perderemos de vista a complexidade dos mecanismos de construção do sujeito e de sua experiência. Terceiro, o gênero é, acima de tudo, um construto específico à cultura ocidental. Como já foi amplamente demonstrado, existem culturas onde a distinção homem/mulher inexistente e as relações entre pessoas são dinâmicas e construídas a partir de outras categorias. Nas metanarrativas do gênero (geralmente eurocênicas), a evidência de outros contextos culturais não é levada em conta, mesmo quando se reconhece que o gênero é uma construção cultural (OYEWUMI, 1998; STRATHERN, 1988). Essas pesquisas revelam que qualquer teorização parte sempre de um lugar de enunciação bastante específico e circunscrito.

Diante dessas polêmicas, venho propondo uma reavaliação do legado do gênero, principalmente quando esse conceito se desprende – a partir de suas múltiplas traduções – de um projeto feminista explícito de transformação social (COSTA, 1998, 2003). Penso também que essas releituras problemáticas do gênero apontam, de certa forma, para confusões conceituais sobre as operações do poder.

Foucault já nos mostrou como o sujeito se constitui através da operação de diferentes tipos de poder, lugares de poder, formações discursivas e esquemas reguladores. Tais poderes, porém, não operam separadamente nem cumulativamente. É impossível, portanto, extrair, por exemplo, o gênero da sexualidade, a masculinidade do colonialismo, e assim por diante (BROWN, 1997). Ainda mais, os sujeitos tornam-se sujeitos na medida em que são produzidos por tais opera-

ções do poder. Para apreendermos, diz Brown, a construção do sujeito a partir das diferentes formas de sujeição social (classe, sexualidade, raça etc.) é necessário que utilizemos diferentes modelos de poder. O paradoxo está no fato de que mesmo assim ainda não poderemos dar conta da complexidade desse sujeito, pois ela/ele é sempre mais do que um (excede a soma de suas diferenças) e os modelos de poder que o produzem (por exemplo, discursos e instituições heterossexuais normativas) não são necessariamente compatíveis uns com os outros. Finalmente, os aparatos reguladores do sujeito não existem fora dos sujeitos que eles regulam. Não existe primeiro o gênero e depois o aparato regulador do gênero – o gênero pode ser visto como a materialização daqueles efeitos produzidos pelos aparatos de poder e por seus discursos reguladores.

Creio que, para lidarmos com toda essa complexidade no que tange à construção de sujeitos, precisamos ir além do gênero, rumo, seguindo a sugestão de Susan Friedman (1998), a uma *geografia da identidade*. Isso implica, primeiro, vermos a identidade em termos de espaços físicos e discursivos de operações do poder, espaços estes que jamais estão fixos, mas constituem um campo em constante movimento. Segundo, entendermos a identidade fora de qualquer parâmetro binário. Uma geografia (ou cartografia) da identidade aponta não para o desdo-

bramento de identidades centrais ou periféricas seguindo uma lógica linear mas para o mapeamento de “zonas de contato” (PRATT, 1999) e fronteiras constitutivas de identidades híbridas. Raça, classe, gênero, sexualidade etc. são lugares de operações do poder e de materialização de efeitos.

Para Friedman (1998), é dentro dessa perspectiva mais geográfica das identidades que questões como as viagens das teorias e dos sujeitos, e as questões sobre diáspora, nomadismo e hibridismo cultural – enfim, questões sobre os vários movimentos de todos os tipos de forças através de espaços físicos e figurativos – adquirem relevância material e urgência política.

Para concluir, gostaria de citar resenha que li recentemente sobre um livro, intitulado *Paradoxos do gênero*, do qual tomei o título emprestado (LORBER, 1994). A resenhista, Christine Di Stefano (1998), citava uma economista feminista, a qual dizia que o conceito do capitalismo havia atingido tal proporção, que não deixou nenhum espaço para um imaginário econômico anticapitalista. Di Stefano (1998) concluía – e faço das suas palavras as minhas – que o mesmo acontece com o conceito do gênero. A pergunta que quero deixar aqui é: como desenvolver um espaço para um imaginário antigênero ou além do gênero nas teorias feministas?

*Abstract: This essay examines different meanings attributed to gender as an analytic category, particularly in north american literature.*

*Keywords: gender; feminism; feminist theories.*

## Notas

<sup>1</sup> "Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra".

<sup>2</sup> Para uma abordagem histórica do conceito, ver GLOVER, David; KAPLAN, Cora, 2000.

<sup>3</sup> Explícitei o lugar de enunciação dessas feministas para enfatizar que, quando citamos Simone de Beauvoir como um momento de ruptura epistêmica nas teorias feministas, estamos diante de uma narrativa eurocêntrica do feminismo. Antes de Beauvoir, contudo, muitas feministas negras (algumas ex-escravas) já estavam desconstruindo a categoria "mulher" em seus escritos e discursos. Isso para não falar em exemplos de outros contextos geopolíticos. Sobre esse assunto, ver a entrevista de Ella Shohat (MALUF; COSTA, 2001).

<sup>4</sup> Nessa terceira visão da diferença, nosso *self* seria uma espécie de interseção ou cruzamento de vários vetores da diferença, constantemente sobrepondo-se, deslocando os outros e abrindo

interstícios para nossas posições de sujeito. Contudo, deveria ressaltar que tais interstícios não podem ser vistos unicamente como espaços ontológicos, ou como abstrações desconstrutivas, ou mesmo como sinais de uma diferença pura. Esses entrelugares das várias possíveis posições de sujeito são mais que tudo produtos das trajetórias irregulares dos sujeitos (muitas vezes forçadas, como exílio, migrações internas) pelos desiguais terrenos materiais e simbólicos.

<sup>5</sup> Em um instigante e já clássico estudo etnometodológico sobre o processo pelo qual as pessoas recebem atribuições de gênero – são classificadas como homem ou mulher –, Suzanne Kessler e Wendy McKenna (1978) já haviam nos mostrado as maneiras pelas quais cientistas constroem dimorfismos onde somente há continuidade: hormônios, comportamento, características físicas, cromossomos e qualidades psicológicas são encaixados em categorias dicotômicas.

## Referências

ALARCÓN, Norma. The theoretical subjects of *This Bridge Called My Back* and Anglo-American feminism. In: ANZALDÚA, Gloria (Ed.). *Making face, making soul = Haciendo caras*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1990. p. 356-369.

BENHABIB, Seyla. Subjectivity, historiography, and politics: reflections on the feminism/postmodernism exchange. In: \_\_\_\_\_. et al. (Ed.). *Feminist contentions: a philosophical exchange*. New York: Routledge, 1995.

BROWN, Wendy. The impossibility of women's studies. *Differences*, Bloomington, IN, v. 9, no. 3, p. 79-101, 1997.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Claudia de Lima. O tráfico do gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 127-140, 1998.

COSTA, Cláudia de Lima. Despensando el género: tráfico de teorías en las Américas. In: FEMENÍAS, Maria Luisa (Comp.). *Perfiles del feminismo iberoamericano*. Buenos Aires: Catálogos, 2002. p. 189-214.

DI STEFANO, Christine. Modern feminist thought: from the second wave to "post-



- feminism" (review). *Signs: journal of women in culture and society*, Chicago, v. 23, no. 4, p. 1068-1072, Summer 1998.
- FLAX, Jane. *Thinking fragments: psychoanalysis, feminism, postmodernism in the contemporary west*. Berkeley: University of California Press, c1990.
- FRASER, Nancy. Equality, difference, and radical democracy: the United States feminist debates revisited. In: TREND, David (Ed.). *Radical democracy: identity, citizenship, and the state*. New York: Routledge, 1996. p. 197-208.
- FRIEDMAN, Susan S. *Mappings: feminism and the cultural geographies of encounter*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- GLOVER, David; KAPLAN, Cora. *Genders*. New York: Routledge, 2000.
- HARAWAY, Donna. "Gender" for a marxist dictionary: the sexual politics of a word. In: \_\_\_\_\_. *Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature*. New York: Routledge, 1991.
- HAWKESWORTH, Mary. Confounding gender. *Signs: journal of women in culture and society*, Chicago, v. 22, no. 3, p. 649-685, 1997.
- KESSLER, Suzanne; McKENNA, Wendy. *Gender: an ethnomethodological approach*. New York: Wiley, 1978.
- LORBER, Judith. *Paradoxes of gender*. New Haven: Yale University Press, 1994.
- LORDE, Audre. *Sister outsider: essays and speeches*. New York: Crossing Press, 1984.
- MALUF, Sonia Weidner; COSTA, Claudia de Lima. Feminismo fora do centro: entrevista com Ella Shohat. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 147-163, 2001.
- MODLESKI, Tania. *Feminism without women: culture and criticism in a "postfeminist" age*. New York: Routledge, 1991.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 9-42, 2000.
- OYEWUMI, Oyeronke. De-confounding gender: feminist theorizing and western culture: a comment on Hawkesworth's "confounding gender". *Signs: journal of women in culture and society*, Chicago, v. 23, no. 4, p. 1049-1062, 1998.
- PRATT, Mary Louise. A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora de foco. *Travessia: revista de literatura*, Florianópolis, n. 38, p. 7-29, 1999.
- RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the "political economy" of sex. In: REITER, Rayna, R. (Ed.). *Toward an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.
- SCOTT, Joan W. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1988.
- SEDGWICK, Eve. Gender criticism: what isn't gender. Durham: Duke University, 1997. Disponível em: <<http://www.duke.edu/~sedgwic/Writing/gender.htm>>. Acesso em: 20 de outubro de 2000.
- STRATHERN, Marilyn. *The gender of the gift*. Berkeley: University of California Press, 1988.